

“UM MONTE NEGRO DE CINZAS”: MEMÓRIA AMBIENTAL DO INCÊNDIO DE 1988 NO MORRO SÃO JOÃO (MONTENEGRO, RS, BRASIL)

“A BLACK HILL OF ASHES”: ENVIRONMENTAL MEMORY OF THE
1988 FIRE ON MORRO SÃO JOÃO (MONTENEGRO, RS, BRAZIL)

Thais Gaia Schüler

Doutora em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale (Novo Hamburgo, Brasil). Professora Auxiliar Convidada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real, Portugal). Investigadora integrada no Centro de Estudos em Letras (CEL, UTAD).
E-mail: tschuler@utad.pt

Magna Lima Magalhães

Doutorada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Porto Alegre/Brasil). Professora no Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais e no Curso de Licenciatura em História da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/Brasil).
E-mail: magna@feevale.br

Orquídea Moreira Ribeiro

Doutorada em Ciências Humanas e Sociais (Cultura) pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real/Portugal). Professora Catedrática na Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS) da UTAD (Vila Real/Portugal), com Agregação em Ciências da Cultura.
E-mail: oribeiro@utad.pt

Recebido em: 4 de maio de 2025

Aprovado em: 5 de julho de 2025

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 22 | n. 2 | p. 198-226 | jul./dez. 2025

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4241>

RESUMO

As manifestações climáticas e os desastres socioambientais tonaram-se questões recorrentes nas pautas de discussão das sociedades contemporâneas. Nesse contexto, o presente artigo pretende analisar o incêndio ocorrido em 1988 no Morro São João de Montenegro, cidade situada no estado do Rio Grande do Sul, pelo viés da história e da memória ambiental. A partir da abordagem qualitativa, os procedimentos metodológicos adotados envolveram a pesquisa de campo, apoiada na noção de experiência etnográfica, enquanto, em termos bibliográficos e documentais, a História Oral e a mídia local constituíram a base empírica das informações apresentadas. A investigação realizada permite inferir que o incêndio ocorrido no ano de 1988 mudou a paisagem local, mas, principalmente, a maneira da população perceber o maciço rochoso e a sua ocupação. Conclui-se que o fato consolidou ações políticas e culturais preservacionistas na comunidade, as quais reverberam nas formas atuais de percepção sobre o meio ambiente e a sua preservação.

Palavras-chave: Desastre socioambiental. Incêndio. Morro São João.

ABSTRACT

Climatic phenomena and socio-environmental disasters have become recurring issues in the discussions of contemporary societies. In this context, the present article aims to analyze the fire that occurred in 1988 on Morro São João in Montenegro (Rio Grande do Sul, Brazil), through the lens of environmental history and memory. Based on a qualitative approach, the methodological procedures involved field research supported by the notion of ethnographic experience, while oral history and local media formed the empirical basis for the bibliographic and documentary aspects. The investigation suggests that the 1988 fire altered the local landscape but, more significantly, changed how the population perceives the rocky massif and its occupation, leading to the consolidation of political and cultural preservationist actions that continue to shape current environmental perceptions and practices.

Keywords: Socio-environmental disaster. Fire. Morro São João.

1 INTRODUÇÃO¹

As manifestações climáticas e os desastres socioambientais tornaram-se questões recorrentes nas pautas de discussão das sociedades contemporâneas. As tragédias envolvendo inundações, incêndios florestais, os vendavais, as estiagens e os deslizamentos de terra somam-se no cenário internacional, constituindo, nas primeiras décadas do século XXI, um momento crítico para o Brasil. Cabe rememorar os deslizamentos que soterraram pessoas em Blumenau (SC) em 2008, em Angra dos Reis e Niterói (RJ) em 2010, em Petrópolis (RJ) e Jaboatão dos Guararapes (PE) em 2022, e em São Sebastião (SP) em 2023 (Meneses, 1999), sem mencionar os amplamente estudados colapsos das Barragens de Mariana e de Brumadinho (ambos em MG), ocorridos, respectivamente, em 2015 e 2020. Em maio de 2024, entretanto, o cenário cataclísmico que se estabeleceu no Rio Grande Sul, que foi inundado em dois terços de seu território por enchentes simultâneas, foi seguido por incêndios florestais no âmbito nacional, particularmente na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal. Tais catástrofes fizeram com que os olhares da imprensa mundial se voltassem para o país.

Embora os incêndios florestais, no contexto brasileiro contemporâneo, não sejam representativos em termos de perdas diretas de vidas humanas quando comparados a outros tipos de desastres (Atlas Digital de Desastres do Brasil, 2023), todas as vidas perdidas constituem, por si, um desastre. Para além, um incêndio desencadeia um profundo trauma social e pode trazer diferentes consequências ecológicas. Salienta-se, como refere Warren Dean (1996), em *A ferro e fogo*, que, no âmbito das florestas tropicais, como é o caso do Morro São João de Montenegro, objeto deste estudo, uma vez destruídas,

[...] talvez nunca se reestabeleçam nos lugares de onde foram eliminadas. Daí a tragédia. A destruição dessas florestas é irreversível, no âmbito de qualquer escala temporal humana. Quando uma floresta tropical é destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade e originalidade não é apenas maior que de outros ecossistemas: é incalculável. [...] O desaparecimento de uma floresta tropical, portanto, é uma tragédia cujas proporções ultrapassam a compreensão ou concepções humanas (Dean, 1996, p. 23).

Face a tais considerações iniciais, a presente pesquisa concentra-se na análise do incêndio ocorrido em 1988 no Morro São João, localizado na área central e urbana do município sul-rio-grandense de

¹ Artigo derivado de tese de doutorado "Um Gigante de Pedra: natureza, cultura e o Morro São João de Montenegro (RS, Brasil), desenvolvida com financiamento da CAPES através dos Programas PROSUC (2019-2013) e PDSE (2021-2022) e defendida pela primeira autora em novembro de 2023 como requisito ao título de doutorada pelo Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale.

Montenegro (RS, Brasil), pelo viés da História e da Memória Ambiental. O município em questão localiza-se na zona dos Vales do estado mais meridional do país, tendo por característica física fundamental uma paisagem que alterna vales povoados e morros.

Foi na área localizada a leste desse morro que, a partir da década de 40 do século XVIII, consolidou-se a efetiva formação de núcleos de povoamento luso-brasileiro no território, seguido do estabelecimento de imigrantes colonizadores teuto-brasileiros e italianos, no século XIX. A arqueologia, entretanto, indica que a região de Montenegro já era ocupada por grupos indígenas há pelo menos 11 mil anos. Esses diferentes grupos humanos compunham formas distintas de perceber e de se relacionar com o Morro São João. Eles desenvolveram formas de exploração e de construção de sistemas simbólicos diretamente associados às suas matrizes e práticas culturais. Pode-se indicar, contudo, para fins de contextualização introdutória quanto ao recorte temporal, que, ao longo do século XX, as relações humanas com o maciço rochoso tinham por base a premissa utilitarista, baseada na concepção social e política que ligava a ideia de progresso e de desenvolvimento ao domínio dos recursos naturais para o triunfo humano sobre a natureza. Essa paisagem era, assim, percebida enquanto uma fonte de recursos naturais, especialmente quanto à extração de pedra e madeira, para a instalação de infraestruturas e pelo aproveitamento turístico do espaço.

A partir da abordagem qualitativa, os procedimentos metodológicos adotados nesta investigação tomaram por fontes empíricas principais as publicações da mídia local através dos jornais *O Progresso*, que circulou de 1901 até 2022, e *Ibiá*, em circulação desde 1983. A História Oral, por meio da realização de cinco entrevistas livres e em campo, foi considerada como forma de incorporação das memórias de pessoas que, de alguma forma, estabeleceram relações com o espaço do Morro São João. Foram realizadas cinco entrevistas em junho de 2022 e os interlocutores consentiram a utilização de suas informações para fins de pesquisa, via assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Neste artigo, são incluídas falas de um dos participantes do estudo, que, como de praxe, é aqui referido por meio de pseudônimo.

Considerando que a História Ambiental deve ser realizada no âmbito efetivo das vivências (Schüler; Magalhães, 2021), foram feitas incursões a campo para a observação-participante, organizada e planejada. Outrossim, cabe mencionar a inclusão da noção de experiência etnográfica, compreendida enquanto uma prática não planejada e caracterizada pela descontinuidade, ruptura e imprevisão. Esta, compreenda-se, tem relação com a vivência pessoal, com a observação-participante não planejada, informal e analisada a posteriori (Schüler, 2020). Tal perspectiva traz em si a proximidade com a memória vivida e com a

História Oral, atravessada, construtivamente, por impressões sensoriais associadas à toponímia (Schüler; Magalhães; Ribeiro, 2025), por narrativas de outras autorias e pelos meios de comunicação.

Na seção a seguir, *Memórias, paisagens, desastres*, apresenta-se a abordagem teórica norteadora da pesquisa. A seguir, a seção *Fumaça no Morro* constrói uma narrativa acerca dos acontecimentos relacionados ao desastre e ao pós-desastre relacionados à queima do Morro São João em 1988 e 1989. Por fim, antes das *Considerações Finais*, a seção *Formação de uma Sociedade Vulnerável* remonta à formação da comunidade conhecida por *Volta do Morro*, inserida no espaço físico do Morro São João.

2 MEMÓRIAS, PAISAGENS, DESASTRES

A História Ambiental constitui um campo concentrado no desenvolvimento de pesquisas acerca das relações entre seres humanos e a natureza em diferentes contextos temporais e geográficos. Se é verdade que, enquanto linha de investigação, é emergente a partir da Convenção de Estocolmo de 1972 (Schüler *et al.*, 2023), a preocupação em perceber as relações delineadas entre as pessoas e o ambiente aparece, ainda que timidamente, como um traço presente na historiografia desde Heródoto. Todavia experimentou efetiva consolidação, no Brasil e na América Latina, a partir da década de 1990 (Kettle; Schüler; Martins, 2025).

Enquanto paradigma historiográfico, apresenta uma característica interdisciplinar acentuada, explorando limiares próximos como a Geografia Humana e a Antropologia, mas também áreas como as Ciências Naturais e a Geografia Física. Na reflexão aqui desenvolvida, aborda-se a História Ambiental em sua relação com a Memória Ambiental, termo cunhado no contexto das reflexões antropológicas sobre cidade e natureza. Essas noções partem do pressuposto de que o ambiente “[...] não existe por si mesmo, mas como parte do trajeto antropológico que configura a própria humanidade e dela faz parte, numa interação constante e indissociável” (Rocha; Eckert, 2021, p. 15-16). Tal linha de pensamento tem por base a rememoração de paisagens e a existência de elos estabelecidos a partir da vivência do local e das experiências individuais e coletivas de interação com os lugares.

A concepção da Memória Ambiental subscreve a paisagem enquanto espaço de memória na construção de afetos, de emoções e na operacionalização de tempos pensados e vividos nos contextos que indiciam experiências e norteariam ações no presente (Rocha; Eckert, 2021), visto que as

[...] vidas humanas são figuradas em um mundo de símbolos que emanam em nossas trajetórias sociais, nossas experiências corporais, nossos processos subjetivos, nossas múltiplas relações e interações em um complexo ecossistema. Os cenários que contemplam nossas experiências são aqui concebidos na inteligibilidade narrada

daqueles que se confrontam com a matéria perecível do Tempo, parte das trocas incessantes que construímos com o ambiente cósmico onde nossa existência se expressa (Rocha; Eckert, 2021, p. 8).

As paisagens configuram, assim, espaços de interação entre diferentes agentes (humano-animais, geofísicos, vegetais etc), nos quais se inscrevem dimensões temporais e culturais distintas e que trazem em si referências para a leitura do passado. Segundo Anna Tsing (2019), em *Viver nas Ruínas*, a paisagem pode servir como ferramenta analítica de reflexão através de uma variedade de escalas, de tempos distantes a eventos atuais, reunindo modos de ser em formação. Em suas palavras, a paisagem é uma materialidade “[...] constituída por padrões de atividade humana e não humana. A paisagem é um ponto de encontro para os atos humanos e não humanos e um arquivo de atividades humanas e não humanas do passado” (Tsing, 2019, p. 17). Guardam, assim, histórias particulares e modos de vida, formando “[...] o sedimento concreto de fluxos vitais, condições atmosféricas, sonhos, memórias e representações” (Cardoso; Devos, 2019 in Tsing, 2019, p. 9).

Para Timothy Ingold (2000), em *Temporality of the landscape*, cada paisagem é única e composta ao longo de sua história por elementos variados, associada à heterogenia. Longe de um cenário acabado, é sujeita às transformações advindas dos processos de habitar, manifestos pelos ciclos biológicos e geológicos, mas também pelos usos humanos e sociais. Nesse sentido, incorpora movimentos, ciclos, características e vidas materialmente expressas nas montanhas, nos vales, nos caminhos, nos rios, nas árvores, nos padrões urbanísticos e vegetativos. Essa definição reconhece o intrínseco enlace entre paisagem e sociedade, encontrando afinidade com a concepção clássica amplamente utilizada nos estudos brasileiros, proveniente das reflexões do geógrafo Milton Santos (1997), em *Pensando o espaço do Homem*. Nesse sentido, o autor refere o seguinte:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade (Santos, 1997, p. 37).

Enquanto categoria humana, as paisagens também estão sujeitas a intervenções e ao manejo antrópicos, os quais podem gerar alterações bruscas e prejudiciais, como é o caso dos desastres socioambientais. Em uma definição ampla e em termos de políticas públicas, a noção de desastre é compreendida como a ocorrência de danos materiais, econômicos, sociais, ambientais e humanos em decorrência de fenômenos naturais (Zambrano, 2017).

Abordar o meio ambiente e, particularmente, os desastres ambientais e naturais a partir de uma perspectiva histórica e cultural, constitui uma premissa no grande leque de possibilidades de estudos sobre esses temas. Conforme Uwe Lübken (2013), em *Migração e desastre*, a adoção de tal perspectiva auxilia na compreensão de padrões de vulnerabilidade, para além de fornecer fontes para estudos de casos detalhados.

Na abordagem da História Ambiental, conforme estudos anteriormente publicados (Schüler; Magalhães; Ribeiro, 2021), a ideia de desastre pressupõe o reconhecimento de sua ocorrência não enquanto mero evento, mas enquanto um processo historicamente estabelecido que atinge coletividades e “[...] que se inicia muito antes da chegada da primeira gota de chuva ou da primeira lava vulcânica. O desastre em si é o momentomais visível, mais dramático, deste processo – mas é apenas um momento” (Sedrez, 2013, p. 186-187). Daí a adoção do termo desastre socioambiental, o qual, para Alfredo Ricardo Silva Lopes (2021), em *Memórias coletivas, traumas individuais*, refere-se aos desastres “[...] produzidos ou potencializados não só pelas forças do mundo natural, mas, também, pelas estratégias políticas, econômicas e culturais utilizadas pelos seres humanos para interagir com o meio ambiente” (Lopes, 2021, p. 303).

Na visão de Stuart McCook (2021), em *La historia de los desastres naturales como un portal a la Historia Ambiental*, o estabelecimento de paisagens e sociedades vulneráveis é ponto primordial nos processos que levam ao evento catastrófico. Ainda conforme o citado autor, a análise histórica das condições que geraram a vulnerabilidade do grupo atingido pela calamidade é primordial. Envolve, então, a questão sobre como diferentes grupos humanos estão mais ou menos expostos a desastres e às suas consequências, de maneira que não se observa uma categoria única de vulnerabilidade, mas a combinação de situações desvantajosas que podem ser definidas por classe social, gênero, etnia, origem pessoal, idade, entre outras (Sedrez, 2013). Considera a existência de uma interação entre as “[...] vulnerabilidades humanas em relação às dinâmicas dos processos naturais” (Sedrez, 2013, p. 192).

O desastre se consolida quando o desencadeador imediato do evento decorre de um ou mais fenômenos naturais (McCook, 2021), sendo, nesse segundo caso, chamado de “desastre misto” (Sedrez, 2013). Considera-se, a partir da abordagem da História Ambiental, que a calamidade não pode ser dissociada do contexto social relacionado à antropização do espaço territorial atingido, sendo difícil separar, efetivamente, ação humana e ação da natureza.

A situação desencadeada pelo sinistro, nominada como emergência (McCook, 2021), é resultado da associação entre a paisagem vulnerável a um ou mais risco(s) desencadeador(es). Imediatamente após a emergência, as sociedades se dirigem ao poder público no sentido de reclamar uma explicação para o

ocorrido e exigir medidas futuras que constituem a base para o desenvolvimento de políticas públicas relativas a desastres (Sedrez, 2013), incidindo em mudanças e providências de curto, médio e longo prazo (McCook, 2021).

No contexto do pós-desastre, Lise Sedrez (2013), em *Desastres socioambientais, políticas públicas e memória*, salienta a relevância de múltiplas narrativas que tornam esses eventos pontos focais da memória coletiva e da história, que revelam o funcionamento da cultura local. A memória dos desastres incorpora-se à memória que influencia não só a construção das políticas públicas, mas a própria identidade de uma comunidade. Nessa ordem, alguns eventos podem se tornar arquétipos no imaginário das gerações que se sucedem pela transmissão transgeracional.

3 FUMAÇA NO MORRO

Em Montenegro, o ano de 1988 começou quente e seco, como costuma ser nessa altura do ano. O verão vinha marcado pelas altas temperaturas (Agora [...], 1988, p. 1 [Jornal *Ibiá*, 30 de março]), pela falta de chuvas e pelas dificuldades de abastecimento de água potável no estado do Rio Grandedo Sul, no qual a imprensa noticiava aumento nos casos de malária e da doença de chagas (Triste [...], 1988, p. 6 [Jornal *Ibiá*, 30 de março]). Em uma quarta-feira,

[...] dia 23 de março, a população de Montenegro foi surpreendida por uma fumaça constante que parecia tomar conta de toda a cidade. Nos bancos, nas ruas e nas repartições, o susto foi grande, já que ninguém sabia de onde vinha aquela fumaça. A constatação de que o Morro São João queimava em dois pontos distintos colocou toda a corporação do Corpo de Bombeiros em trabalho de urgência. Soldados do 5º BPM² também se deslocaram ao local para ajudar a conter o fogo que consumiu boa parte da vegetação nas faces do Morro (Incêndio [...], 1988, p. 9 [Jornal *Ibiá*, 30 de março]).

Desencadeada a emergência, o Gigante, como é conhecido o morro, ardeu lentamente por cinco dias, enquanto a população do entorno observava sua agonia: “Pareciam línguas vermelhas a devorar o nosso Morro” (Incêndio [...], 1988, p. 9 [Jornal *Ibiá*, 30 de março]). A atmosfera do município estava coberta por uma densa nuvem de fumaça, enquanto os contornos do Morro delineavam-se na penumbra acinzentada, conforme mostrado na Figura 1.

² Abreviação para Batalhão da Polícia Militar.

Figura 1 – Grande incêndio no Morro São João, 1988



Fonte: Incêndio [...], 1988, p. 1 [Jornal *Ibiá*, 30 de março]

O cenário que remanesceu após a queima mostrava o Morro, outrora verdejante, como um verdadeiro “monte negro” (Um Monte [...], 1988, p. 6 [Jornal *Ibiá*, 30 de março]), no qual jaziam as cinzas da queima de 35 hectares (Lutzenberger [...], 1989, p. 5 [Jornal *Ibiá*, 23 de agosto]) de uma floresta tropical. Trabalharam na extinção do fogo cerca de 32 pessoas, entre bombeiros, soldados e escoteiros, que levavam manualmente, morro acima, a água necessária para o controle das chamas (Incêndio [...], 1989, p. 9 [Jornal *Ibiá*, 30 de março]). Mesmo após contido o fogo, as autoridades alertavam para o aumento do risco de desprendimento de blocos de pedra e de deslizamentos nas partes mais íngremes, em função da ausência da vegetação.

No contexto pós-desastre, a questão da responsabilização pela tragédia e as notícias sobre a origem criminosa do incêndio tornam-se proeminentes assim que o fogo foi contido, na manhã do domingo de 27 de março. As autoridades competentes indicavam a ocorrência de dois focos iniciais simultâneos: um na face oeste, outro na face leste do Morro, inicialmente atribuídas a “[...] alguns menores que, diariamente, tomam banho na corrente natural existentena pedreira localizada atrás da sede dos bombeiros” (Incêndio [...], 1989, p. 9 [Jornal *Ibiá*, 30 de março]).

Teve início uma mobilização da opinião pública montenegrina, que passou a exigir providências relacionadas ao reflorestamento e à proteção ao Morro São João. As providências imediatas envolveram, principalmente, o apelo ao reflorestamento e à educação ambiental. Dessa maneira, no início de junho do mesmo ano, o plantio de novas mudas teve início através do Grupo de Escoteiros Acácia Negra, sob orientação do Engenheiro Florestal Antônio Granja. O primeiro movimento, ocorrido em 05 de junho, envolveu o plantio de cerca de 500 mudas de espécies nativas de ipê roxo, canafístula e gabioba, doadas pelo Grupo Tanac, e concentrou-se na face oeste do Morro (Escoteiros [...], 1988a, p. 4 [Jornal *Ibiá*, 08 de

junho]). Em dezembro do mesmo ano, anunciava-se que as ações do Grupo já haviam plantado cerca de seis mil mudas (Escoteiros [...], 1988b, p. 6 [Jornal *Ibiá*, 14 de dezembro]).

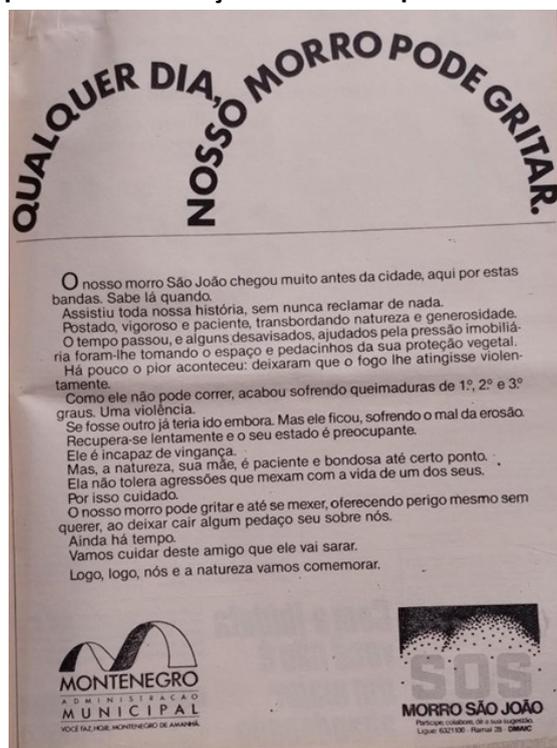
Ainda que o plantio tenha buscado favorecer a inserção de espécies nativas, registra-se também a colocação de mudas de acácia-negra, espécie exótica amplamente cultivada em Montenegro e no seu entorno. A justificativa tem relação com o rápido e fácil crescimento da planta, a qual “[...] tem um período curto de vida, mas que cria condições para o desenvolvimento de outras espécies, além de ser bastante resistente às intempéries” Escoteiros [...], 1988b, p. 6 [Jornal *Ibiá*, 14 de dezembro]). Nem por isso novos focos de incêndio deixavam de ser noticiados. Entretanto, a preocupação pública se mostrava acentuada (Fogo [...], 1988, p. 4 [Jornal *Ibiá*, 14 de dezembro]).

Embora a ocorrência de incêndios tenha sido uma constante ao longo da História Ambiental do São João³, é plausível afirmar que o incêndio de 1988 mudou drasticamente a paisagem local e a maneira de a população perceber o maciço rochoso e sua ocupação. Em fevereiro de 1989, após mudança da gestão da Prefeitura Municipal, anunciava-se o início de uma grande campanha, intitulada SOS Morro São João. O objetivo era “[...] a conscientização da população e evitar novas invasões e desmatamento [...]” (SOS [...], 1989, p. 5 [Jornal *Ibiá*, 15 de fevereiro]).

Oficialmente lançada na imprensa em 08 de março de 1989, o texto de lançamento misturava ternura infantil e temor ao natural, mas lançava luzes sobre a responsabilidade das ações humanas, conforme mostrado na Figura 2. A campanha alude a uma lenda local conhecida como o *Gigante Adormecido* ou o *Gigante de Pedra*. A narrativa em questão explica o antropomorfismo dessa formação rochosa ao fato de ele ter sido, em tempos imemoriais, um gigante que fora transformado em pedra por uma fada, como castigo por sua maldade com os indígenas e com os animais. A análise dessa diegese permite estabelecer aproximação entre elementos naturais e culturais como um processo importante na construção das representações culturais da realidade montenegrina (Schüler; Magalhães; Ribeiro, 2025).

³ À guisa de exemplo, cita-se o registro do ocorrido em 1926, que teria assumido “proporções assustadoras”(Notícias [...], 1926, p. 4 [Jornal *A Federação*, 24 de março]).

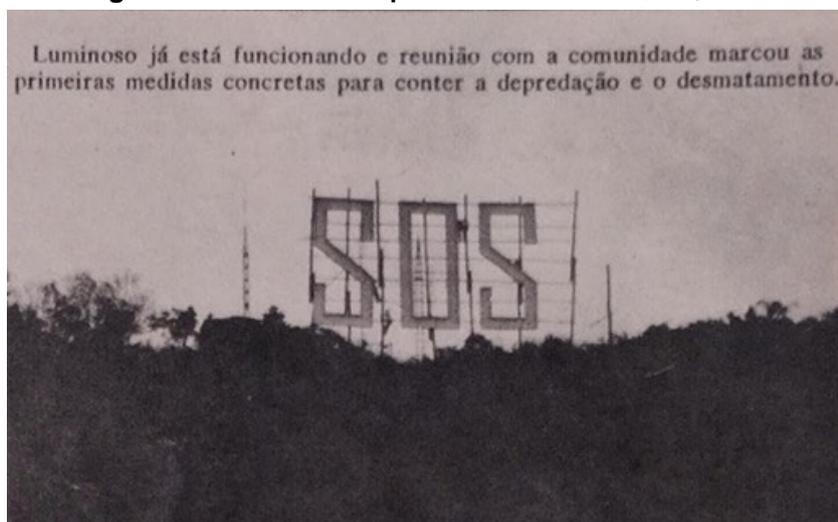
Figura 2 – Página publicitária de lançamento da campanha SOS Morro São João, 1989



Fonte: Qualquer [...] (1989, p. 3 [Jornal *Ibiá*, 08 de março])

Note-se que o contorno antropomórfico do Morro foi adotado não só no logotipo da campanha, mas também como marca da própria administração municipal entre os anos 1989 e 1993. Das diversas ações que previa, o SOS Morro São João propunha a instalação de uma guarita que disciplinasse o acesso à estrada que leva ao cimo e a criação de um serviço especial de vigilância sediado na parte mais alta. Não obstante, para além de ações de educação ambiental junto às escolas montenegrinas (Câmara [...], 1989, p. 3 [Jornal *Ibiá*, 12 de abril]) e em eventos culturais (A ecologia [...], 1989, p. 21 [Jornal *Ibiá*, 10 de maio]), anunciava-se a instalação de um letreiro luminoso no topo do Morro (Figura 3), além de um convênio com a Brigada Militar para vigilância da área com policiais a cavalo. Com relação à identificação de pedras com risco de desmoronamento, anunciava-se que elas seriam concretadas.

Figura 3 – Letreiro da campanha SOS Morro São João, 1989



Fonte: Encontro [...] (1989, p. 7 [Jornal *Ibiá*, 08 de março])

O lançamento do projeto também trouxe à tona antigas ideias preservacionistas que circulavam entre a comunidade local, propondo a transformação do maciço rochoso em parque e até o cercamento de todo o perímetro de sopé. Em reunião entre a Prefeitura Municipal e a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Montenegro (AEMO), ocorrida em abril de 1989, falava-se em tombamento (Câmara [...], 1989, p. 9 [Jornal *Ibiá*, 12 de abril]).

Essa mudança de perspectiva também tem relação com um contexto global de conscientização acerca da pauta ambiental que consolidou a Convenção de Estocolmo (1972), na qual foram sistematizados discursos acerca da necessidade de revisão do modelo desenvolvimentista que comprometia a sustentabilidade dos recursos naturais (Duarte, 2013, p. 24). No Brasil, as décadas de 1970 e 1980 são importantes na estruturação de movimentos ecológicos pós-preservacionistas, como o ambientalismo combativo e denunciador, representado por organizações como a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural (AGAPAN), a Resistência Ecológica, a Associação Catarinense de Preservação da Natureza e a Associação Paulista de Proteção da Natureza (APPN) (Diegues, 2008, p. 128). No âmbito das referidas organizações, foi redigido o *Manifesto Ecológico Brasileiro: O Fim do Futuro* (1976), encabeçado pelo ecologista sul-rio-grandense José Lutzenberger (1926- 2002). Elaborado em um contexto de ditadura civil-militar opressiva, o documento representa um importante marco do ecologismo nacional, ainda que deixasse de lado muitas questões relevantes, como a inserção das comunidades tradicionais e as origens e causas da pobreza no país. Para Antônio Carlos Diegues (2008), em *O Mito Moderno da*

Natureza Intocada, trata-se de um documento “corajoso”, importante nas lutas ambientais brasileiras das décadas de 1970 e 1980, cuja tônica criticou a concepção vigente de progresso, o consumismo e o desperdício, a cultura de massa e a agroindústria, propondo uma nova ética ecológica e um novo modelo de desenvolvimento.

José Lutzenberger foi um proeminente engenheiro agrônomo, formado e radicado no Rio Grande do Sul, que teve uma trajetória destacada pela escrita de diversos livros e artigos sobre ecologia e problemas ambientais; por ministrar palestras e conferências em diversos países e no Brasil e por protagonizar o Movimento Ambientalista sul-rio-grandense. Em 1988, o ecologista recebeu o prêmio The Right Livelihood Award (Prêmio Bem Viver), considerado um Prêmio Nobel Alternativo. Foi Secretário do Meio Ambiente no governo presidencial de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e empresário na área de tratamento de resíduos. Criou, em 1987, a Fundação Gaia, em uma propriedade de 30 hectares, em Pantano Grande (RS), onde desenvolveu trabalhos de agricultura ecológica e de educação ambiental (Pereira, 2016).

Denúncias envolvendo a extração ilegal de madeira, a ocupação irregular das encostas, os incêndios criminosos e os deslizamentos acentuaram-se na imprensa local montenegrina a partir da década de 1970. Em 1979, o Jornal *O Progresso* noticiava a intimação de um proprietário de terras da face oeste, atribuindo-lhe a responsabilidade pela derrubada da mata nativa para a plantação de acácia-negra. A mesma reportagem finalizava sinalizando para uma proposta preservacionista:

Esperamos que a comunidade montenegrina se conscientize e evite que o nosso Morro São João, fonte de referência e origem do nome da nossa cidade, seja depredado no que ainda sobra de sua outrora exuberante cobertura florestal. Urge que seja lançada, através dos clubes de serviços, entidades públicas, poder municipal, comércio e indústria e povo em geral, uma campanha para transformar o Morro São João em parque, salvando-o das agressões cada vez maiores e, principalmente, da crescente especulação imobiliária (IBDF [...], 1979, p. 3 [Jornal *O Progresso*, 27 de outubro]).

As ações de educação ambiental do SOS Morro São João foram desenvolvidas principalmente junto a escolas e envolviam desde palestras (Ecologia [...], 1989, p. 18 [Jornal *Ibiá*, 24 de maio]) até a visitação e o efetivo replantio de mudas de espécies nativas e de acácia-negra, mas também de espécies de embelezamento, como hortênsias no contorno da estrada de acesso ao cume (Cavalos [...], 1989, p. 7 [Jornal *Ibiá*, 26 de julho]). A integração do Grupo Tanac às ações de reposição da cobertura vegetal do Morro, ocorrida no final de julho de 1989, estabeleceu um plano de reflorestamento que compreendia o replantio de 11500 mudas, abrangendo uma área de cerca de 9 hectares (Tanac [...], 1989, p. 7 [Jornal *Ibiá*,

26 de julho]). A estratégia empregada foi antropogênica, orientada ao manejo direto enquanto tentativa de reestabelecimento das “coordenações” do espaço (Tsing, 2019).

As espécies mencionadas envolviam cibipirunas, cedros, canafístulas, capororocas, pitangueiras e tarumãs, além de espécies frutíferas para a atração de fauna, como pássaros e outras espécies silvestres (Lutzenberger [...], 1989, p. 5 [Jornal *Ibiá*, 23 de agosto]).

A presença do ecologista José Lutzenberger na assinatura do referido convênio entre a Prefeitura Municipal e o Grupo Tanac foi divulgada na imprensa local. Lutzenberger já era uma presença constante no Vale do Caí desde 1985, quando ele participava de reuniões, encontros e debates acerca da erradicação do cancro cítrico. É considerado, quiçá, a mais relevante figura no estabelecimento de ações de agroecologia e de manejo orgânico do solo que conduziu à criação de associações de agricultores e viveiristas na região e ao estabelecimento de projetos de compostagem de resíduos orgânicos decorrentes de processos agroindustriais (Pereira, 2016).

O ativista, quando de sua visita ao Morro São João, destacou a importância de sentimentos topofílicos na preservação do Gigante de Pedra montenegrino: “No entender do ecologista, é importante que a população sinta carinho pelo local, bem como ajude na fiscalização contra os predadores” (Lutzenberger [...], 1989, p. 5 [Jornal *Ibiá*, 23 de agosto]). Ainda inserido no contexto pós-desastre, registra-se, em abril de 1989, a reativação da Sociedade Ecológica do Vale do Caí (SEVARC), entidade sem fins lucrativos que havia atuado entre os anos de 1978 e 1982, quando contava com mais de 100 associados (Sociedade [...], 1989, p. 18 [Jornal *Ibiá*, 24 de maio]), além da reativação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA).

4 FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE VULNERÁVEL

Mas os rumos da Campanha SOS Morro São João suscitaram de imediato questões sensíveis relacionadas à habitação e aos interesses imobiliários e econômicos inerentes a construções nas áreas acima da cota 70, estabelecendo uma dicotomia geográfica e social: nas faces oeste e norte, os “palacetes” (Construções [...], 1989, p. 1 [Jornal *Ibiá*, 22 de fevereiro]), propriedades de poder político e econômico, em contraste aos “barracos” (Construções [...], 1989, p. 1 [Jornal *Ibiá*, 22 de fevereiro]) historicamente estabelecidos nas faces sul e sudoeste. A cota 70 refere-se à cota de nível que determinava a altura de intervenção construtiva legalmente permitida em cada região da cidade, tendo por base o Plano Diretor e Lei de Zoneamento do Município, além da legislação federal em vigência. O Código Florestal Brasileiro

em efetividade na época, a Lei n. 4.771 (Brasil, 1965⁴) estabelecia que as florestas e demais formas de vegetação situadas no topo de morros, montes, montanhas e serras constituíam áreas de proteção permanente (Brasil, 1965, art. 2, parágrafo d) e que não era permitida a derrubada de florestas situadas em áreas de inclinação entre 25 e 45 graus (Brasil, 1965, art.10).

No início de 1989, a capa do Jornal *Ibiá* anunciava a concessão de liminar para interrupção de construção de um “casebre” e da terraplanagem de um terreno na face leste, bem como providências referentes ao replantio nessa segunda área (Construções [...], 1989, p. 1 [Jornal *Ibiá*, 22 de fevereiro]). No mês seguinte, logo que lançado o SOS Morro São João, uma comitiva de 14 proprietários de áreas situadas no sopé das faces oeste e leste do Morro, “[...] no lado oposto ao da favela [...]” (Morro [...], 1989, p. 9 [Jornal *Ibiá*, 22 de março]), foi recebida pelo então Prefeito municipal. Munidos de certidões de autorização para construção acima da cota 70, emitidas em anos anteriores a 1989, o grupo exigia autorizações especiais para as construções, falando-se, inclusive, em mudanças no Plano Diretor Municipal.

Enquanto isso, nas faces sul e sudoeste, os olhares se voltaram à comunidade pobre da parte sul e sudoeste do bairro Bela Vista, região popularmente conhecida como “Volta do Morro”. É a essa comunidade que se refere a palavra “favela”, mencionada na reportagem de 22 de março de 1989.

O termo favela é amplamente utilizado no Brasil para se referir a “[...] conjuntos de moradias populares que, construídas a partir da utilização de materiais diversos, se localizam, normalmente, nas encostas dos morros; comunidade [...]”, segundo o *Dicionário On-line de Português* (Favela, 2023a). O dicionário *Priberam*, por sua vez, em seu primeiro verbete, define o termo enquanto “[...] conjunto de edifícios majoritariamente para habitação, de construção precária e geralmente ilegal [...]”, acrescentando, no segundo verbete ser este um “[...] lugar de má fama, suspeito, frequentado por desordeiros [...]” (Favela, 2023b). A origem da palavra, de acordo com a dissertação de mestrado de Natasha Barbosa (2020), intitulada *Os jardins Suspensos do Morro da Babilônia*, tem ligação com a demolição dos cortiços do Rio de Janeiro no final do século XIX, que criou problemas de habitação popular na cidade e levou muitas famílias a se estabelecerem em áreas onde não havia interesse imobiliário. É o caso, então, do chamado Morro da Favella, “[...] considerado a primeira favela da cidade, aquela que contribuiu para que o nome de

⁴ Segundo Almeida e Paula (2018), a referida legislação foi atualizada pela resolução nº 303, de 20 de março de 2002 do CONAMA, e revogada pela Lei nº 12651 de 25 de maio de 2012, mas muitas das definições então dadas permanecem sem atualização, a exemplo dos conceitos de morro e montanha. A legislação atualmente vigente ampliou a área de proteção permanente dos topos dessas formações para os dois terços superiores, mas a partir de declividade mínima de 25°, o que, na concepção dos autores, implica na efetiva redução da área de preservação de topos de morros e montanhas.

uma planta espinhenta do bioma da caatinga se tornasse um substantivo comum de caracterização aum espaço de moradias pobres e precárias” (Barbosa, 2020, p. 19).

Precisar o início da instalação das primeiras habitações na área da “Volta do Morro” constitui uma tarefa difícil, mas o conjunto de depoimentos oralmente coletados indica a instalação de uma pedreira na face sudoeste como um momento referencial para o início da circulação de pessoas na zona. Referem a construção de uma estrada em “pedra de quina, tipo laje” (Entrevistado Pedro⁵) para acesso de veículos que carregavam as pedras extraídas, originando o que hoje constitui o traçado da Rua Ibirubá, a principal via do bairro. Mas o efetivo início de estabelecimento de habitações teria ocorrido na segunda metade do século XX, relacionado à estrada de ferro que cortava a cidade e que contornava as faces sudeste, sul e sudoeste do Morro, conforme a interlocução do Sr. Pedro:

Quando os meus pais compraram essa área aqui, isso não tinha um morador, era tudo mato daqui para lá, tudo mata de eucalipto. Aí, foi lá por 1975, por aí, começou a vim pessoal e começou a habitar, mas assim cada um chegava escolhia um quadro, fechavam e ia fazer sua casinha, e iam morar ali. [...] Essas ruas a gente que abriu tudo aqui, [...] aí depois a gente fez um acerto com a rede ferroviária, que nos permitiu de abrir essa outra aqui, na rua Itibiricá (Entrevistado Pedro).

Questionado sobre a forma de posse desses terrenos, o interlocutor salienta que a maior parte ocorreu mesmo pela apropriação. A Figura 4 mostra a situação física da parte sudoeste do Morro São João no final da década de 1970, mesmo contornando o espaço onde, outrora, situavam-se os trilhos da rede ferroviária.

5 Entrevista concedida à pesquisadora. Montenegro, RS, 15 de junho de 2022.

Figura 4 – Formação da comunidade da Volta do Morro, 1977-1983



Fonte: Registro fotográfico de autoria desconhecida⁶

Ao passo que cresceram as habitações na “Volta do Morro”, aumentaram também os problemas de ordem social. Por se tratar de uma zona habitacional não planejada, ainda que alguns dos terrenos tenham sido legalmente comprados e tendo a construção de casas sido (posteriormente) regularizada, o abastecimento de água, o sistema de esgoto, o fornecimento de energia e o estabelecimento de vias de circulação públicas tornavam-se um grande problema que favoreceu a formação de uma comunidade socialmente vulnerável.

Com a Campanha SOS Morro São João, a comunidade em questão começou a aparecer de maneira mais acentuada na mídia local, sendo associada a atividades de desmatamento e de fogo posto no maciço rochoso. Outrossim, a ocupação irregular da zona e a vulnerabilidade das habitações aos deslizamentos do Morro passaram a receber atenção da opinião pública e da Administração Municipal, como mostram as fotografias de autoria de Dante Efrom (Figuras 5, 6 e 7), disponíveis no Acervo do Arquivo Público Municipal de Montenegro.

⁶ Disponível no Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Montenegro.

Figura 5 e 6 – Casebre na Volta do Morro anunciando venda de lenha e construção de “barraco”, 1989-1992



Fonte: registros fotográficos realizados por Dante Efrom, ACOM

Figura 7 – Volta do Morro, na Rua Balduino Rambo, 1989-1992



Fonte: registro fotográfico realizado por Dante Efrom, ACOM

A partir de então, uma espécie de mutirão passou a trabalhar pela regularização da “Volta do Morro” para consolidar o chamado bairro Bela Vista. O poder público, o Tabelionato de Registro de Imóveis local, a BMG Construções e a Contabilidade Griebeler, juntamente com a Associação de Moradores do Bairro Bela Vista, são algumas das entidades que protagonizaram o levantamento, a elaboração do mapeamento do local (1992) e a regularização das cerca de 200 residências do bairro, efetivada por volta de 1997 (entrevistado Pedro).

Mesmo após a regularização, entretanto, os perigos de desmoronamento e os problemas de saneamento e circulação nas ruelas permaneceram, levando a Justiça a determinar, no início do século XXI, que parte do referido bairro estava em situação de invasão de Área de Proteção Permanente e que o Administração Municipal deveria remover e reinstalar as cerca de 50 famílias cujas habitações se encontravam nessa situação (Famílias [...], 2009, p. 11 [Jornal *Ibiá*, 7 e 8 de fevereiro]); O perigo [...], 2009, p. 2, [Jornal *Ibiá*, 24 de novembro]). Dessa maneira, teve início a construção dos loteamentos Bela Vista (no Bairro Estação) e Pindorama, visando ao assentamento das famílias removidas.

Em 13 de novembro de 2009, poucos meses após o início das remoções, parte da encosta da face sul do Morro São João desmoronou, soterrando a casa de Florentina Dias sob dezenas de metros cúbicos de árvores, pedra grês e terra. O evento é lembrado por vizinhos como um estrondo semelhante a um trovão e, ao ser rememorado, é carregado pelo pavor de uma possível tragédia. Questionado sobre o ocorrido, o então Diretor de Meio Ambiente local reconheceu a antropização enquanto causadora do processo erosivo: “Mexeram no pé do Morro alterando sua estrutura! E a natureza deu sua resposta” (O perigo [...], 2009, p. 2, [Jornal *Ibiá*, 24 de novembro). Tanto a moradora da casa soterrada quanto seus vizinhos foram removidos e instalados nas novas áreas habitacionais. Ainda que o desmoronamento de 2009 não tenha deixado vítimas fatais, tragédias envolvendo o desmoronamento de encostas de morros assombram a memória comunicativa de Montenegro e região, dada a ocupação humana dessas áreas ser comum. A exemplo, cita-se o caso do desmoronamento do Morro do Diabo (Santo Antônio do Forromeco, Carlos Barbosa), que soterrou pessoas e a propriedade da Família Martinazzo em 1919 (Schüler; Magalhães; Ribeiro, 2021).

A maioria dos moradores do bairro Bela Vista cujas moradias situavam-se nas áreas de risco iminente de desmoronamento foi removida para outros loteamentos do município, todos localizados na periferia da cidade. Contudo, nem todas as remoções ocorreram de maneira voluntária ou pacífica e algumas habitações de “resistentes” permanecem em zonas perigosas da “Volta do Morro”. O perigo de novos deslizamentos de “pedras soltas escoradas na vegetação” (Entrevistado Pedro), de novos incêndios, além da permanência da precariedade das vias de circulação e de saneamento, constitui uma realidade com a qual convivem os moradores da área.

Em 2011, após a realização do estudo ambiental relacionado ao deslizamento da estrada de acesso ao cume do Morro São João (Ambiética Assessoria Ambiental, 2011) e com base no projeto *A questão do uso e ocupação do Morro São João do Montenegro* (2011), desenvolvido pelo munícipe Cláudio Eduardo da Costa Alves, um grupo de ambientalistas, em sua maioria de formação nas áreas das Ciências Naturais, iniciou, juntamente com outras entidades locais, o *Movimento Viva o Morro* para a institucionalização da área do maciço rochoso através de sua transformação em uma Unidade de Conservação (UC). Em audiência Pública realizada em 07 de dezembro de 2011 na Câmara Municipal de Vereadores da cidade, enfatizava-se a situação crítica e a fragilidade dos ecossistemas do maciço rochoso, falando-se em disciplinação do uso, mas sem isolar a população. Em 16 de janeiro de 2012, o grupo encaminhou ao Poder Executivo Municipal, através da presidência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), um texto (Comdema, 2012) propondo a implementação de uma Unidade de Conservação do tipo Área de

Proteção Ambiental (APA) e recomendando sua constituição através do Roteiro para criação de unidades de conservação municipais (Brasil, 2010).

Uma APA tem por finalidade proporcionar a ocupação ordenada de uma área que ainda possui características naturais relevantes, como forma de minimizar os impactos ambientais nessas áreas. Segundo o referido documento, trata-se de

[...] uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Brasil, 2010, p. 15).

Esse tipo de UC pode ser constituído por terras públicas ou privadas. Assim, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada, sempre respeitando os limites constitucionais. Trata-se de uma categoria de unidade de conservação que permite a instalação, por exemplo, de loteamentos, de projetos agrícolas, de equipamentos turísticos e de alguns tipos de indústria.

As categorias de Unidades de Conservação brasileiras vigentes foram estipuladas no artigo 7º do capítulo 3 da Lei n. 9985 de 18 de julho de 2000 (Brasil, 2000) e são separadas em dois grupos, a saber: as Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo é a preservação da natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (com raras exceções) como práticas de lazer e aventura de baixo impacto; e as Unidades de Uso Sustentável, que pretendem compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, sempre de acordo com a particularidade de cada categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Constituem o grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Para Diegues (2008), a criação de áreas ambientais protegidas constitui, no panorama dos países em desenvolvimento, uma das principais estratégias de conservação da natureza. Na América, a criação de áreas protegidas insere-se em um contexto relacionado aos ideais preservacionistas e à noção de Mundo Selvagem (*Wilderness*), as quais constituem um "mito naturalista", que "[...] diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado 'puro', até anterior ao aparecimento do homem" (Diegues, 2008, p. 55). Esse pressuposto, principal ponto criticado pelo autor, ignora a existência de populações tradicionais e de suas particularidades de manejo e de percepção dos recursos naturais nas áreas demarcadas.

A ideia de existência de lugares tidos como paraísos perdidos, intocados pelo ser humano, consolidou o modelo de criação do primeiro Parque Nacional do mundo, Yellowstone (Estados Unidos), em 1872, projetado a partir da noção de “[...] área selvagem e desabitada [...]” (Diegues, 2008, p. 29) que precisa ser protegida da ação predatória humana. Essa visão preservacionista se fundamenta na reverência à natureza, na sua apreciação estética e espiritual, em divergência a uma corrente conservacionista, precursora da ideia de sustentabilidade ambiental, cuja essência tinha por base o uso adequado e criterioso dos recursos naturais como garantia de seu usufruto pelas gerações futuras (Diegues, 2008).

No Brasil, a criação de áreas naturais protegidas foi incondicionalmente defendida no *Manifesto Ecológico Brasileiro* de 1976 (Diegues, 2008). O primeiro Parque Nacional, Itatiaia (no sudoeste do Brasil), foi criado em 1937, baseado em objetivos relacionados à pesquisa científica e ao lazer cidadão, seguindo um modelo que ainda é vigente no país. Conforme aponta Diegues (2008, p. 116), tal modelo tem por característica a constituição de espaços geográficos extensos e delimitados, dotados de “[...] atributos naturais excepcionais, devendo possuir atração significativa para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental. A atração e o uso são sempre para a população externa à área [...]”, seguindo as influências do modelo estadunidense, que pressupõe a “[...] conservação de uma área ‘natural’ contra os avanços da sociedade urbano-industrial” (Diegues, 2008, p. 116).

Decorridos mais de dez anos da apresentação da proposta do COMDEMA ao Executivo Municipal, a criação de uma APA no Morro São João nunca se consolidou. O silêncio acerca do assunto impera na mídia, enquanto, no campo político, ocorrem constantes colocações e retiradas de propostas de legislação relacionadas ao tema (Conjunto [...], 2015). A perturbação lenta da paisagem em questão, por vezes, é acelerada intensivamente pela quebra de “coordenações” (Tsing, 2019), quando da ocorrência de um incêndio, como o de dezembro de 2021, com vários focos na face oeste (Bombeiros [...], 2021 [Jornal *Fato Novo*, 12 de dezembro]), de um deslizamento de encosta ou pelo desmatamento irregular de alguma área do complexo, a exemplo do ano de 2020, quando o próprio Poder Executivo Municipal foi responsabilizado pela poda excessiva de vegetação ao redor do mirante leste do maciço (Crime [...], 2020 [Jornal *Ibiá*, 25 de junho]).

As interações entre pessoas e a paisagem do Morro São João se intensificaram no contexto pandêmico de 2020, assim como foram ampliados os projetos e as ideias de intervenção antrópica no local a partir de 2021 (Revitalização [...], 2022 [Câmara Municipal de Vereadores de Montenegro, 10 de maio]). A imprensa noticiou, em 2022, as proposições de revitalização e ampliação da estrutura local, a qual incluiria a construção de uma nova e maior estátua do padroeiro municipal, de sanitários, *playground* e de uma praça de alimentação no cume, além de investimentos nos mirantes, na sinalização turística e

na estrada Ernesto Kranz, que dá acesso ao cume do maciço rochoso (Montenegro [...], 2022 [Jornal *O Progresso*, 13 e 14 de maio]; Projeto [...], 2022, [Jornal *O Progresso*, 27 e 28 de maio]).

Novas construções têm sido embargadas, não somente aquelas relacionadas aos perigos da parte sul e sudeste do bairro Bela Vista, mas também na face leste e norte, consideradas zonas nobres municipais. As discussões acerca do destino do Gigante permanecem em mãos humanas, mas sua imperturbabilidade não parece mais ser um pressuposto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações climáticas, embora ocorram há bastante tempo, tornam-se notórias em um contexto mundial de intensificação dos desastres socioambientais. No Brasil, muitos são os exemplos que caracterizam os desastres ambientais em diferentes temporalidades e espacialidades. Nesse sentido, o estudo apresentado buscou estabelecer um recorte local, trazendo à tona o incêndio ocorrido no ano de 1988, no Morro São João, localizado na cidade de Montenegro, no estado do Rio Grande do Sul.

A partir da memória ambiental e de sua relação com os aportes historiográficos da História Ambiental, compreende-se que o ambiente não está desassociado da trajetória das pessoas e de suas elaborações sócio-históricas e culturais. Reitera-se que o desastre socioambiental está vinculado a um processo que, para além das questões naturais, envolve relações de poder que perpassam o âmbito político, econômico e cultural. Por essa perspectiva, o desastre em si é um momento associado às disputas e conflitos que cercam dada realidade.

No presente estudo, buscou-se analisar o incêndio de 1988 do Morro São João a partir da noção de desastre socioambiental, de maneira transversal, percebendo a reconfiguração da percepção pública acerca do maciço rochoso após o acontecimento. Se, às vésperas do evento em si, observava-se a formação de uma sociedade vulnerável nas faces sul e sudoeste, cabe remeter à contextualização introdutória para estabelecer que, ao longo do século XX, as relações humanas com o "gigante" tinham por premissa a percepção do morro enquanto uma fonte inesgotável de recursos para o desenvolvimento local.

A partir do incêndio de 1988, ocorreu uma mudança na postura pública com relação ao morro, estabelecendo um marco memorial para moradores da cidade e arredores. O contexto pós-desastre desse incêndio concretizou ações e desencadeou uma postura ativa da cidade de Montenegro, conduzindo à valorização do Morro e seu significado, num sentido topofílico.

O morro São João resiste valentemente e em sua grandiosidade, sinalizando ser a essência da cidade de Montenegro e da região. No entanto, também dá mostras dos desgastes sofridos ao longo do tempo,

resultado da interferência e das escolhas sociopolíticas e culturais que, nem sempre, o percebem como protagonista de uma tessitura social.

REFERÊNCIAS

A ECOLOGIA nas escolas no encontro de educação. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 10 maio 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

AGORA sim o Monte Negro (Editorial). **Jornal Ibiá**, Montenegro, 30 mar. 1988. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

ALMEIDA, Amanda Machado de; PAULA, Eduardo Vedor de. Áreas de preservação permanente de topos: das alterações na legislação brasileira às suas diferentes interpretações. *Confins*, [S.l.], n. 37, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/15261#tocto1n1>. Acesso em: 20 ago. 2023.

AMBIÉTICA ASSESSORIA AMBIENTAL. **Relatório de avaliação ambiental da estrada de acesso ao Morro São João**. Montenegro: [S.n.], 2011. 33f.

ATLAS DIGITAL. Mapa interativo. **Atlas Digital de desastres no Brasil [MDR]**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/paginas/mapa-interativo.xhtml>. Acesso em: 28 maio 2025.

BARBOSA, Natasha Augusto. **Os jardins suspensos do Morro da Babilônia: o mutirão de reflorestamento na perspectiva da História Ambiental urbana (1985-2015)**. 2020. 130f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BOMBEIROS combatem incêndio no morro São João desde o meio-dia. **Jornal Fato Novo**, Montenegro, 12 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://fatonovo.com.br/cidades/montenegro/bombeiros-combatem-incendio-no-morro-sao-joao-desde-o-meio-dia/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Lei n. 4.771, de 15 de Setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal Brasileiro. Brasília: Presidência da República, 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 19 ago. 2023.

BRASIL. **Roteiro para criação de unidades de conservação municipais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Biodiversidade e Florestas / Departamento de Áreas Protegidas, 2010. Disponível em: https://www.meioambiente.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2015-11/roteiro_para_criao_de_unidades_de_conservao_municipais.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.

CÂMARA de Arquitetura aponta soluções para o Morro. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 12 de abril de 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

CAVALOS e hortênsias. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 26 jul. 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

CONJUNTO de Morros será protegido por Decreto de Patrimônio. Câmara Municipal de Montenegro. **Câmara Municipal de Vereadores de Montenegro**, Montenegro, 17 dez. 2015. Disponível em: https://www.montenegro.rs.leg.br/backup_mon_2/noticias/conjunto-de-morros-sera-protegido-por-decreto-de-patrimonio. Acesso em: 12 ago. 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE (COMDEMA). **Ofício COMDEMA nº 001/2012**. Montenegro: Comdema, 2012. Disponível em: https://vivaomorro.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/01/oficio_criacao_apa.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

CONSTRUÇÕES no Morro: nem palacetes, nem barraco. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 22 fev. 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

CRIME ambiental: Prefeitura de Montenegro é responsabilizada por desmatamento. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://jornalibia.com.br/destaque/crime-ambiental-prefeitura-de-montenegro-e-responsabilizada-por-desmatamento/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2008.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ECOLOGIA e Morro São João: tema no São José. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 24 maio 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

ENCONTRO de educação aborda a ecologia. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 08 mar. 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

ESCOTEIROS vão reflorestar o Morro São João. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 08 jun. 1988a. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

ESCOTEIROS reflorestam o Morro. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 14 dez. 1988b. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

FAMÍLIAS integram programas de moradias. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 7 e 8 fev. 2009. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

FAVELA. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. [S.l.]: 7Graus, 2023a. Disponível em <https://www.dicio.com.br/favela/>. Acesso em: 12 de agosto de 2023.

FAVELA. *In*: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. [S.l.]: Priberam Informática, 2023b. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/favela>. Acesso em: 12 ago. 2023.

FOGO de novo. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 14 dez. 1988. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

IBDF intima responsáveis pela devastação do Morro. **Jornal O Progresso**, Montenegro, 27 out. 1979. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

INCÊNDIO criminoso no Morro São João. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 30 mar. 1988. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

INGOLD, Timothy. "Temporality of the landscape". *In*: INGOLD, Timothy. **The perception of the environment: Essays in livelihood, dwelling and skill**. Londres: Routledge, 2000. p.151-174.

KETTLE, Wesley; SCHÜLER, Thais Gaia; MARTINS, Fredson (Org.). **Natureza e sociedade em perspectiva histórica**. Ananindeua: StóriaW, 2025.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. Memórias coletivas, traumas individuais: as memórias dos desastres socioambientais no sul de Santa Catarina (1974-2004). **História: Questões & Debates**, Curitiba v. 69, n. 1, p. 302-320, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/63948/43109>. Acesso em: 23 jun. 2023.

LÜBKEN, Uwe. Migração e desastre. *In*: NODARI, Sueli Eunice; CORREA, Silvio Marcus de Souza.

Migrações e natureza. São Leopoldo: Oikos, 2013.

LUTZENBERGER estimula campanha do Morro. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 23 ago. 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

McCOOK, Stuart. La historia de los desastres naturales como un portal a la historia ambiental. [*S.l.: s.n.*], 2021. 1 vídeo (45min 49seg). Publicado pelo canal Laboratório História e Natureza. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CwHWJ66pnmY&t=481s>. Acesso em: 17 maio 2021.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A Crise da Memória, História e Documento: Reflexões para um tempo de transformações. *In*: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, Patrimônio e Memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999, p. 9-23.

MONTENEGRO deve se inspirar em Encantado para erguer nova estátua de São João no Morro. **Jornal O Progresso**, Montenegro, 13 e 14 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.montenegro.rs.leg.br/institucional/clipping/noticias-na-imprensa-2022/maio/jornal-o-progresso-montenegro-deve-se-inspirar-em-encantado-para-erguer-nova-estatuade-sao-joao-no-morro-20-de-maio-de-2022.pdf/view>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MORRO São João: proprietários de áreas do sopé querem projetos especiais, **Jornal Ibiá**, Montenegro, 22 mar. 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

NOTÍCIAS do interior. **Jornal A Federação**, Montenegro, 24 mar. 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=%22morro%20s.%20jo%C3%A3o%22&pagfis=58314>. Acesso em: 22 ago. 2023.

O PERIGO que vem do Morro São João. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 24 de novembro de 2009. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

PEREIRA, Elenita Malta. **A ética do convívio ecossustentável**: Uma biografia de José Lutzenberger. 2016. 630 F. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140281/000990924.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PROJETO para o Morro São João prevê playground e piqueniques no topo. **Jornal O Progresso**, Montenegro, 27 e 28 maio 2022. Disponível em: <https://www.montenegro.rs.leg.br/institucional/clipping/noticias-na-imprensa-2022/maio/jornal-o-progresso-direto-da-redacao-27-de-maio-de-2022.pdf/view>. Acesso em: 25 ago. 2023.

QUALQUER dia nosso morro pode gritar. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 08 mar. 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

REVITALIZAÇÃO do Morro São João: Comissão vai ser criada para elaborar projeto de turismo. Câmara Municipal de Montenegro, Montenegro, 10 maio 2022. Disponível em: <https://www.montenegro.rs.leg.br/institucional/noticias/revitalizacao-do-morro-sao-joao-comissao-vai-ser-criada-para-elaborar-projeto-de-turismo>. Acesso em: 26 ago. 2023.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia (Orgs.). **Tempo e memória ambiental**: etnografia da duração das paisagens citadinas. Brasília, DF: ABA Publicações, 2021.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHÜLER, Thais Gaia. Notas etnográficas sobre alteridade e turismo em Israel. **Revista Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 2, p. 251–268, 2020. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/7544/pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

SCHÜLER, Thais Gaia; MAGALHÃES, Magna Lima. Uma história ambiental da Batinga Sul – Rio Grande do Sul (Brasil). **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC): Revista de la Solcha**, [S./], v. 11, n. 1, p. 276–305, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.32991/2237-2717.2021v11i1.p276-305>. Acesso em: 28 maio 2025.

SCHÜLER, Thais Gaia; MAGALHÃES, Magna Lima; RIBEIRO, Orquídea Moreira. Tragédia no sopé da montanha: O deslizamento de 1919 do Morro do Diabo. *In*: INOVAMUNDI – SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 14, 2021, Novo Hamburgo. **Anais [...]**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2021. p. 1785–1796.

SCHÜLER, Thais Gaia; MAGALHÃES, Magna Lima; RIBEIRO, Orquídea. Sobre um Gigante Adormecido: lendas enquanto representações culturais topofílicas do Morro São João de Montenegro (RS, Brasil). **Revista de Estudos Interculturais**, [S./], n. 13, maio 2025. Disponível em: <https://www.iscap.pt/cei/e-rei/n13/artigo8.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

SCHÜLER, Thais Gaia *et al.* Reminiscências da paisagem angolana na pós-memória de Retornados: um estudo em Vila Real (Portugal). **Revista Gragoatá**, [S./] v. 28, n. 61, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i61.54839.pt>. Acesso em: 28 maio 2025.

SEDREZ, Lise. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória – contribuições para a História Ambiental. *In*: NODARI, Eunice Sueli Nodari; CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Org.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 185-201.

SOCIEDADE Ecológica. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 24 maio 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

SOS Morro São João. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 15 fev. 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

TANAC faz projeto de recuperação do Morro. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 26 jul. 1989. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

TRISTE retrato. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 30 mar. 1988. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

TSING, Anna Lownhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB/Mil Folhas, 2019.

UM MONTE Negro. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 30 mar. 1988. Disponível no Acervo do Museu Literário da Biblioteca Municipal Hélio Alves de Oliveira (consulta local).

ZAMBRANO, Fernando Campo. **Avaliação do perigo de inundações bruscas por meio de modelagem hidrogeomorfométrica**: estudo de caso, Bacia do Arroio Forromeco-RS. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, 2017.